

Leda Scheibe¹

Festa de São João - Candido Portinari - óleo sobre tela - 1939

O trabalho dos pedagogos frente às políticas públicas e o cotidiano da escola:

o caráter de trabalho intelectual do pedagogo escolar

A análise do papel dos pedagogos frente às políticas públicas e ao cotidiano da escola precisa tomar como ponto de partida a realidade da educação escolar brasileira, seus impasses e desafios, e como ponto de chegada, o papel que ela, a escola, pode desempenhar no processo de democratização do estado e da sociedade. É nessa dinâmica, do ser, do vir-a-ser e do dever – ser da escola, especialmente a pública e gratuita, que faz sentido discutir o trabalho do pedagogo.

Pretendo neste breve espaço, desenvolver algumas idéias a respeito do trabalho do pedagogo, visualizando primeiro o contexto em que se insere a sua atuação. Parto, portanto, de duas grandes dimensões de análise, que são:

1 – as políticas públicas para a manu-

tenção/organização do sistema escolar;

2 – o cotidiano escolar e o seu desafio para o trabalho do pedagogo..

I – O primeiro tema: as políticas públicas para a manutenção/organização do sistema escolar – atuais tendências e lógica do atual projeto educacional

A sociedade brasileira vem sendo fortemente marcada pela existência e pelo confronto de dois grandes projetos de sociedade (Coutinho 1992; 2000). Com base na concepção “liberal-corporativa”, um desses projetos centra-se na redefinição das funções do Estado, que reduz o seu papel como ordenador do campo social e defende a livre expansão do mercado como única possibilidade de reversão da crise

vivenciada pela sociedade. Propõe, de certa forma, uma “auto-organização” da sociedade, a partir da defesa de interesses corporativos, setoriais, particulares e solidários. O outro projeto, vinculado à visão “democrática de massas”, defende novas relações sociais, numa perspectiva universal de acesso aos direitos e aos bens socialmente produzidos. Propõe a difusão dos movimentos de base, do sindicalismo combativo e politizado e a existência de partidos políticos estruturados. Segundo o autor (2000, p.100), este projeto de sociedade pretende superar uma política de nível “econômico-corporativo” e atingir o nível “ético-político”.

A disputa ideológica desses dois grandes projetos distintos de sociedade, no interior da qual já se elaborou a Constitui-

ção de 1988 e a LDB de 1996, abriga também diferentes concepções de educação que buscam conquistar a hegemonia no cenário brasileiro. A década de 80, particularmente, foi o período de maior confronto entre as posições assumidas por um e outro projeto. Já a década de 90 viveu um quadro de maior incorporação do projeto liberal-corporativo. Este quadro foi reforçado pela crescente divisão internacional do trabalho, pela mundialização dos mercados e pela nova forma de organização do processo produtivo.

Na tentativa de continuidade da organização social estabelecida, foi se "naturalizando" o viés economicista e produtivista que fundamenta as proposições do neoliberalismo, num movimento que equaciona as contradições do capital ou as posterga. A reformulação política e econômica exigida traz também a necessidade de ajuste das políticas sociais, destacando-se aí a reforma da educação básica como forma de implementar a ordem desejada, através do perfil de um "nova" trabalhador. Compreende-se assim a emergência dos educadores como grandes responsáveis pela construção da nova ordem que depende acima de tudo, para a sua constituição, de uma escolarização adequada.

A ênfase em dotar o trabalhador de uma base sólida de conhecimentos gerais, necessária para sua maior treinabilidade e adaptação à flexibilidade e às mudanças nos processos produtivos, está presente nos documentos oficiais reformadores da educação. Pretende-se elevar o nível de escolaridade dos trabalhadores, com a finalidade de contribuir para o desenvolvimento de uma nova atitude frente às mudanças necessárias à melhoria de um certo desempenho profissional. Os organismos de influência internacional como CEPAL, UNESCO, Banco Mundial, passaram a ser os grandes promotores do aumento da escolaridade básica como condição para a adoção das novas tecnologias.

Em conformidade com esses aspectos, a reforma em andamento na formação dos educadores propõe-se a introduzir no cenário brasileiro uma nova compreensão do ser educador/professor. Guiomar Namo de Mello (2000), influente intelectual da área da educação do governo de Fernando Henrique Cardoso, explicitou claramente tal propósito ao declarar que

(...) a educação inicial de professores deve ter como primeiro referencial as normas legais e recomendações pedagógicas da educação básica. Os professores não são necessários para qualquer projeto pedagógico, mas para aqueles que vão trabalhar de acordo com as diretrizes estabelecidas na lei, promovendo a constituição das competências definidas nas diferentes instâncias de normatização e recomendação legal e pedagógica, para ensinar e fazer aprender os conteúdos que melhor podem ancorar a constituição destas competências. Os modelos ou instituições de formação docente que interessam ao país são portanto aqueles que propiciam ou facilitam a constituição de um perfil de profissional adequado a essa tarefa (Mello, 2000, p.8).

A atual reforma educacional brasileira contém um projeto de profissionalização para os educadores, com base na lógica das competências. Esta lógica está presente na reforma como um novo paradigma curricular que objetiva propiciar formação docente que responda de forma mais eficaz aos requisitos da reforma da educação básica.

A aquisição de competências, ou seja, o desenvolvimento de competências como tarefa central da formação docente encontra-se imiscuída numa lógica que supervaloriza a dimensão subjetiva e dos percursos individualizados dos educadores, constituindo-se fator importante para uma formação de indivíduos com elevado nível de adaptabilidade (Campos, 2002). O currículo por competência é uma organização que se contrapõe ao currículo disciplinar e sua base é a análise dos elementos da prática mais imediata. A partir destes elementos são estabelecidas as competências gerais, as quais desdobram-se em competências específicas, que por sua vez podem ser desdobradas em comportamentos operacionais. Há nesta tendência, uma analogia com a didática tecnicista/comportamentalista dos anos 60. Uma visão curricular focalizada no saber-fazer, que restringe uma formação mais básica e cultural.

A organização curricular por competências, que está sendo proposta pelos documentos oficiais, é uma matriz instrumental, que inicia com a definição de objetivos comportamentais- mensuráveis, observáveis e, portanto, controláveis. A avaliação, deve, portanto, focalizar as competências, o

que, por sua vez, é processo inseparável de uma certificação por competências, pois competências só adquirem visibilidade mediante o seu desempenho. Explica-se a ênfase na certificação de competências dos professores colocada pelos documentos oficiais, como meio de verificação do desempenho em serviço. Assistimos assim, também, à emergência de uma nova institucionalidade, em substituição aos diplomas, que deixam de ser a prerrogativa que garante o ingresso no magistério. Os diplomas perdem o seu valor vitalício, e deixam de ser a referência para a permanência e mobilidade na função do magistério.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em Nível Superior, Curso de Licenciatura, de Graduação Plena (Resolução CNE/CP 1/2002), aprovadas com base no Parecer do CNE/CP 009/2001, além de incorporar a noção de competências como concepção nuclear para orientar a formação profissional dos educadores, estabeleceram outras determinações polêmicas para a formação dos profissionais da educação, tais como:

- aprofundamento da separação, na formação, dos bacharéis e licenciados. Dado o modelo institucional que passa a ser privilegiado para a formação dos professores, o dos Institutos Superiores de Educação, desvincula-se institucionalmente a formação dos bacharéis e dos licenciados, cuja maior integração é desejável para uma preparação mais qualitativa;

- aligeiramento da duração do Curso e da sua carga-horária, comprometendo o tempo necessário para uma sólida formação profissional;

- a indefinição ainda existente sobre diretrizes para o curso de Pedagogia, responsável pela formação dos pedagogos. O projeto de uma nova resolução que está ainda em apreciação no CNE, desde o ano passado, prevê para esta formação, um "bacharelado em Pedagogia", contrariando a proposta das entidades educacionais que historicamente consensuaram a necessidade de formar o pedagogo com base docente. Este projeto pretende atualizar e consolidar as normas já constantes das resoluções CNE/CP 02/97, a1/99, 01/02 02/12 e preencher algumas lacunas não definidas nestas resoluções.

As regulamentações existentes fazem

uma clara opção, pelo modelo dos Institutos Superiores de Educação, contrapondo-se às Faculdades de Educação como local ideal para esta formação. Destaque-se a dualidade criada para a formação dos professores: sob as mesmas diretrizes, mas com evidente diferenciação hierárquica, os educadores podem ser formados em Institutos Superiores de Educação ou em Faculdades de Educação vinculadas à universidades; podem ser formados em Cursos Normais Superiores ou em Cursos de Pedagogia; em Cursos de Graduação em Pedagogia ou em Cursos de Especialização...

II – O segundo tema: o cotidiano escolar e o seu desafio para o pedagogo escolar

O trabalho do pedagogo se reveste de *um perceptível conteúdo político, cuja importância é preciso ter presente quando se anuncia a intensificação da sua prática.*

A característica político – pedagógica do trabalho do pedagogo permite que façamos uma dupla categorização do seu papel: mediador entre os foros privilegiados do sistema escolar (lideranças administrativas) e a massa dos professores: o de "intelectual orgânico" do Estado; ou o de um "intelectual orgânico" preocupado com o desenvolvimento das massas, tomando-se como referência a referencial que nos apresentou Gramsci, intelectual socialista italiano (Silva Júnior, 1983; cf. Brzezinski, 2002).

a) O pedagogo como "*intelectual orgânico*" do Estado, ou seja, o pedagogo que, pela sua atuação, constitui-se como um tecnocrata do Estado, que se propõe a cuidar apenas do *como* sem cogitar do *porquê* ou do *para que* das determinações oficiais. Seu papel poderá ser o de um preposto do Estado, neste caso, ao concentrar sua atenção no cumprimento das determinações que lhe chegam, sem lhes questionar a validade, a significação e o propósito. Não é indiferente a essa postura o tipo de informação teórica subjacente à sua formação. Por exemplo, ao se fundamentar o papel do pedagogo numa base administrativa, de atividade-fim, válida e justificável por si mesma, abre-se o campo para a disseminação dos organismos burocráticos. Em nome de uma pretendida humanização,



O trabalho do pedagogo se reveste de um perceptível conteúdo político, cuja importância é preciso ter presente quando se anuncia a intensificação da sua prática.

o sistema de ensino acaba por propiciar a multiplicação de assessorias e demais órgãos de apoio, fenômeno típico do processo de expansão da tecnocracia. Assim, o papel do pedagogo reduz o ensino a mero elemento de referência. Exercendo uma função de controle, o pedagogo escolar tem ao seu dispor um conjunto de possibilidades corretivas que vão da tentativa de persuasão até a ameaça velada ou ostensiva, passando pelo discurso conformista e pela indução cooptadora. A escolha que o pedagogo faz dos instrumentos que utiliza no seu trabalho identifica a presença ou a ausência do sentido educativo como eixo da sua atividade. Os riscos da ausência do sentido educativo aumentam quando o pedagogo não estabelece o curso da ação, e os objetivos a que esta ação se destina não são produtos da reflexão conjunta e responsável dos que devem executá-la (Silva Júnior, 1983).

b) O pedagogo como "*intelectual orgânico*" das massas, ou seja, um profissional que compreende a natureza do trabalho coletivo da escola, e que tem a compreensão histórica dos processos pedagógicos e da organização da prática pedagógica.

É o profissional que sente a necessidade de enfrentar radicalmente a exclusão escolar sob todas as formas e apoiar-se para isto em projetos coletivos. O pedagogo como intelectual orgânico das massas percebe a necessidade que lhe cabe "dada a especificidade da sua função, de fazer a leitura e a análise necessária do projeto pedagógico oficial em curso, de modo a, tomando por base as circunstâncias concretas, participar da organização coletiva em busca da construção de alternativas que articulem a educação aos demais processos de desenvolvimento e consolidação de relações sociais verdadeiramente democráticas" (Kuenzer, 1996, p. 455). Um trabalho educativo de qualidade na escola implica necessariamente a elaboração de um projeto pedagógico de equipe, que retire o trabalho do docente do individualismo. O trabalho colaborativo com os professores, portanto, é fator essencial. Para isto, é fundamental utilizar a linguagem dos professores, ou seja, trabalhar a partir de experiências práticas e seus resultados, a fim de que se possa aproximá-los de questões teóricas mais amplas, bem como prepará-los para um planejamento que permita ir além de aspectos técnicos e formais.

Colocar a teoria separada do âmbito da sala de aula não desencadeia nenhum processo de mudança, é necessário focalizar a situação pedagógica, discutir as atividades.

O papel do pedagogo tem a ver com a *escola que queremos* - a escola, na sociedade democrática, todos nós sabemos, é um instrumento insubstituível na medida em que possibilita às classes populares, ao terem acesso ao conhecimento sistematizado, participar mais ativamente do processo político e cultural. Logo, a escola que queremos:

- é, a escola universal, gratuita, obrigatória, portanto, uma escola pública que receba a todos e assegure a cada um o desenvolvimento de suas capacidades;
- é a escola que leva em conta as condições de vida material, características psicológicas e sócio-culturais dos alunos;
- é a escola que cumpre a sua tarefa de educar, de ensinar;
- é a escola que faz parte de um projeto coletivo que requer a ação coordenada e a participação de todos nele envolvidos.

Saviani concebe o pedagogo como o "formador de homens" como "aquele que possibilita acesso a cultura. É pois, aquele que domina as formas, os procedimentos, os métodos através dos quais se chega ao domínio do patrimônio cultural acumulado pela humanidade" (1985, p27). Assim, a pedagogia significa também condução à cultura, isto é, processo de formação cultural. E pedagogo é aquele que possibilita o acesso à cultura, organizando o processo de formação cultural. A palavra pedagogia traz, portanto, A IDÉIA DO TRABALHO INTELECTUAL, no sentido que lhe dá Gramsci, de que intelectual é o dirigente, de alguém que tem a capacidade de ser organizador, de "agir na super-estrutura para garantir a infra-estrutura" (Gramsci).

Ao pedagogo escolar, por profissão/formação, cabe dominar sistemática e intencionalmente, as formas de organização do processo de formação cultural na escola. Cabe a ele prover a escola de uma organização tal que cada criança, cada educando, em especial aqueles das camadas trabalhadoras, não veja frustrada sua aspiração de assimilar os conhecimentos, incorporando-os como instrumento irreversível a partir do qual será possível conferir uma nova qualidade às lutas no seio da sociedade.

Cabe ao pedagogo, portanto, no interi-

or da escola, cuidar para que esta não se desvie de seu papel fundamental que é a difusão do saber do conhecimento vivo. No pedagogo é depositada a esperança de uma escola viva, atualizada, e mais significativa.

- 1 Professora vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação /UFSC- e ao Curso de Mestrado da UNOESC/Joaçaba. Representante Regional ANFOPE-SUL - Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação / Gestão 2002/2004.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRZEZINSKI, Iria. O papel atual do pedagogo versus identidade profissional. *Anais do Fórum de Educação - Pedagogo: que profissional é esse*. Coordenação de Dolores Maria Borges de Amorim. Belo Horizonte: FAE/CBH/EUMG, set./2002. Parte I - Conferências.
- CAMPOS, Roselane Fátima. A reforma da formação inicial dos professores da educação básica nos anos de 1990 - desvelando as tessituras da proposta governamental. Florianópolis, 2002. 232p. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *Democracia e Socialismo: questões de princípio & contexto brasileiro*. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1992.
- _____. *Contra a corrente: ensaios sobre democracia e socialismo*. São Paulo: Cortez, 2000.
- KUENZER, Acácia Zeneida. A formação de educadores: Novos desafios para as Faculdades de Educação. *Anais VIII ANDIPE*. Florianópolis, 1996.
- MELLO, Guiomar Namó. Política e gestão do sistema de ensino no Brasil após a LDB: a prioridade da formação inicial de professores para a educação básica. Brasília, março, 2000. Mimeo.
- SAVIANI, Dermeval. Sentido da pedagogia e papel do pedagogo. ANDE, Revista da Associação Nacional de Educação, ano 5, n. 9, 1985.
- SILVA JÚNIOR, Celestino Alves da. A supervisão e o ensino. ANDE, Revista da Associação Nacional de Educação, ano 1, n. 3, 1983.